

A. I. N.º. - 281240.0234/08-0
AUTUADO - SÃO BRAZ ATACADO LTDA.
AUTUANTE - AURELINO ALMEIDA SANTOS
ORIGEM - INFAZ ATACADO
INTERNET - 05. 05. 2009

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0089-01/09

EMENTA: ICMS. 1. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. PAGAMENTO A MENOS DO IMPOSTO. A apresentação pelo sujeito passivo da comprovação do pagamento do imposto relativo a algumas das notas fiscais implica na redução do débito. Infração parcialmente caracterizada. 2. LIVROS FISCAIS. DIVERGÊNCIA ENTRE OS VALORES LANÇADOS NO REGISTRO DE APURAÇÃO E OS VALORES RECOLHIDOS. RECOLHIMENTO DO IMPOSTO A MENOS. Infração comprovada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Através do Auto de Infração em lide, lavrado em 30/04/2008, foi lançado o crédito tributário correspondente à exigência de ICMS no valor de R\$19.224,03, atribuindo ao sujeito passivo o cometimento das seguintes infrações:

01 – recolheu a menos o ICMS concernente à antecipação parcial, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação, destinadas a comercialização, nos meses de março a novembro de 2004, exigindo imposto no valor de R\$4.651,96, acrescido da multa de 60%;

02 – deixou de recolher o ICMS no prazo regulamentar, referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios, nos meses de fevereiro, abril, junho e agosto a dezembro de 2004, sendo exigido imposto no valor de R\$14.572,07, acrescido da multa de 50%.

O contribuinte apresentou impugnação à fl. 213, argumentando que a exigência fiscal atinente à antecipação tributária não procede, tendo em vista que o ICMS correspondente fora recolhido, em conformidade com os documentos cujas cópias se encontram anexadas às fls. 215 a 268.

Ao prestar informação fiscal à fl. 273, o autuante salienta que ao analisar a documentação acostada pela defesa, constatou que o contribuinte efetuara o pagamento do ICMS referente à antecipação parcial (infração 01) apenas em relação a uma parte das notas fiscais, que excluiu da base de cálculo, conforme novas planilhas que anexou às fls. 275 a 279.

Quanto à infração 02, não houve contestação, o que demonstra a certeza do débito tributário, em conformidade com as planilhas e as cópias reprográficas do livro Registro de Apuração e das notas fiscais que se encontram acostadas aos autos. Requer que o Auto de Infração seja julgado de acordo com a legislação tributária em vigor.

Constam às fls. 283/284 Termo de Intimação e AR (aviso de recebimento), através dos quais o contribuinte foi cientificado quanto ao teor da informação fiscal, não constando dos autos, entretanto, nenhuma manifestação a respeito.

VOTO

Verifico que foi atribuído ao contribuinte o cometimento de duas infrações, não tendo sido impugnada a infração 02, que, desse modo, foi tacitamente acatada. Essa imputação decorreu do recolhimento a menos do ICMS no prazo regulamentar, em decorrência de divergências entre os valores escrituradas no livro Registro de Apuração do ICMS e aqueles recolhidos pelo contribuinte, estando a irregularidade apontada no demonstrativo de fl. 0010, cujo levantamento se baseou no mencionado livro (fls. 11 a 34). Desse modo, a infração 02 fica mantida integralmente.

A infração 01 se originou do recolhimento a menos do ICMS concernente à antecipação parcial, referente às aquisições de mercadorias destinadas à comercialização. Verifico que o impugnante trouxe aos autos as provas de que já houvera efetivado o pagamento do imposto correspondente a uma parcela das notas fiscais arroladas pela fiscalização, as quais o autuante, de forma acertada, excluiu do levantamento, mantendo a cobrança tão somente em relação aos documentos fiscais que restaram sem demonstração de que o imposto tinha sido pago. Noto, inclusive, que o autuado tomou ciência dos novos demonstrativos elaborados na fase de informação fiscal, porém não se pronunciou a respeito, o que traduzo como uma aceitação da revisão procedida.

Deste modo, a infração 01 fica mantida de forma parcial, no valor de R\$1.469,61, conforme tabela que apresento em seguida, cujos dados, mês a mês, se encontram apresentados nas planilhas juntadas pelo autuante às fls. 275 a 279.

OCORRÊNCIA	VALOR JULGADO (R\$)
05/2004	110,79
06/2004	973,59
07/2004	330,09
11/2004	55,14
TOTAL	1.469,61

Diante do exposto, voto pela procedência parcial do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **281240.0234/08-0**, lavrado contra **SÃO BRAZ ATACADO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$16.041,68**, acrescido das multas de 60% sobre R\$1.469,61 e de 50% sobre R\$14.572,07, previstas, respectivamente, nos incisos II, alínea “d” e I, alínea “a” do art. 42 da Lei nº. 7.014/96 e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 15 de abril de 2009.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA – RELATOR

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS – JULGADOR